

# POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

## Editorial

### Ganhar as europeias

O PSD acaba de escolher o cabeça de lista às europeias: Paulo Rangel

É essa a escolha da direcção política do partido, é essa a escolha de todos nós.

Agora o que importa é galvanizar o eleitorado para o projecto político do PSD, para os valores e princípios que o enformam e que o distinguem dos restantes partidos.

Seriedade por contraposição à falácia, ao embuste e à manha.

Coerência por oposição à contradição militante, ao zig-zague e ao oportunismo de ocasião.

Ambição e determinação na afirmação do ideal europeu, para que este não seja só uma retórica de circunstância.

Por tudo isto impõe-se ganhar as europeias.

Para que, como diria o saudoso Eça, não releve sobre a nudez forte da verdade, o manto diáfano da fantasia.

Jorge Neto

## Paulo Rangel é o “cabeça de lista” às Europeias deste ano



## Destaques:

O PSD e a Informação: um exemplo instrutivo...

Em “Comentários do Povo Livre”

Tem mesmo a certeza de que existe um Governo em Portugal?

Artigo de Pacheco Pereira



# A presidente do P. S. D. anunciou Paulo Rangel como “cabeça de lista” às Eleições para o Parlamento Europeu

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, anunciou ontem à tarde, após que o líder parlamentar social-democrata, Paulo Rangel, será cabeça-de-lista do nosso Partido às eleições de 7 de Junho para o Parlamento Europeu.

Manuela Ferreira Leite, ao apresentar a personalidade escolhida para encabeçar a nossa equipa a este primeiro “round” de eleições do ano de 2009, disse que ponderou “várias soluções” e escolheu Paulo Rangel porque tem “competência especial” em matéria europeia e “é um valor político da nova geração”.

Em conferência de imprensa, na sede nacional do PSD, a líder social-democrata afirmou que o nome de Paulo Rangel “foi aceite por consenso” pela Comissão Política Nacional.

Questionada pelos jornalistas sobre nomes alternativos, Manuela Ferreira Leite reiterou que “A verdade é que o PSD tem muitos potenciais bons candidatos a vários lugares. Somos um partido muito rico em quadros e portanto realmente não era só o dr. Paulo Rangel a única possibilidade de preencher esse lugar”, respondeu, a esse propósito.

“Há que escolher. Essa escolha foi feita na base de uma competência especial nestas matérias e, muito especialmente, por se tratar de um valor político da nova geração. Eu aposto na abertura do partido à nova geração. O dr. Paulo Rangel faz parte dessa nova geração”, justificou a presidente do PSD.

Quando anunciou o nome de Paulo Rangel, Manuela Ferreira Leite já tinha referido que “a sua reconhecida preparação em política europeia qualifica-o decisivamente para este combate”, considerando-o “o candidato certo”.

A presidente do PSD disse ainda que o líder parlamentar social-democrata, Paulo Rangel, “reúne qualidades pessoais e políticas” que considera “ímpares” e “tem sido o rosto de uma alternativa séria e sustentada no Parlamento nacional”.

Manuela Ferreira Leite assinalou que “as eleições europeias são a primeira das decisões que os portugueses vão ser chamados a tomar em 2009”.

“O grau de exigência que devemos ter é muito, muito elevado. Temos de escolher os melhores, os mais bem preparados e os mais capazes. Temos de ser capazes de mobilizar uma nova geração de políticos, que seja portadora de novas ideias e de novas energias. Temos de ser muito convictos e muito combativos”, considerou.

“Ponderei várias soluções e todas elas boas soluções, mas teve que haver uma decisão e a proposta do PSD para encabeçar os deputados ao Parlamento Europeu que apresentei à Comissão Política Nacional e que foi aceite por consenso é o dr. Paulo Rangel”, concluiu.

Sobre o momento do anúncio do cabeça-de-lista do PSD, Manuela Ferreira Leite afirmou que “já estava escolhido há muito tempo”, mas não foi tornado público mais cedo porque não queria “desviar as atenções numa situação de

crise” e para que “a estabilidade do grupo parlamentar seja mantida o mais longo tempo possível”.

“Muitos países europeus, de resto, ainda não apresentaram qualquer candidato”, sublinhou.

## Um breve retrato de Paulo Rangel

Paulo Rangel, agora anunciado como cabeça-de-lista do PSD às eleições europeias, tem 41 anos, é deputado pela primeira vez na actual legislatura, é jurista e define-se “como um institucionalista”.

Ainda ontem, questionado ao início da tarde sobre a possibilidade de trocar o Parlamento português pelo Parlamento Europeu, Paulo Rangel recusou responder, afirmando que tinha um dever de reserva sobre a matéria.

“Já sabem que eu sou um institucionalista, portanto cumpro sempre as obrigações institucionais”, observou aos jornalistas.

Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel, nascido a 18 de Fevereiro de 1968, licenciado em Direito, professor universitário e jurisconsulto, aponta 2001 como o momento da sua entrada na actividade política.

“Fui redactor do programa de candidatura do dr. Rui Rio nas Autárquicas de 2001, redigi-o pelo meu punho e foi aprovado por Rui Rio, sem reservas. Foi aí que eu entrei na política”, tinha dito à “Lusa” em Julho do ano passado.

Entre 2004 e 2005, no executivo PSD/CDS-PP chefiado por Pedro Santana Lopes, foi secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, José Pedro Aguiar Branco.

Deputado pela primeira vez na actual legislatura, Paulo Rangel manifestou publicamente o seu apoio a Manuela Ferreira Leite nas eleições directas de Maio de 2008 para a presidência do PSD.

A seguir à vitória de Manuela Ferreira Leite, retomou o mandato de deputado, que tinha suspenso em Dezembro de 2007. Pouco depois anunciou que era candidato à liderança parlamentar do PSD.

Com o apoio da presidente do partido, Manuela Ferreira Leite, foi eleito líder do grupo parlamentar do PSD no final desse mês, com 41 votos a favor, 23 contra, seis votos em branco e dois nulos, numa eleição em que participaram 72 dos 75 deputados do partido.

Cerca de dez meses depois, Paulo Rangel volta a ser escolhido por Manuela Ferreira Leite, desta vez para encabeçar a lista do PSD às eleições de 7 de Junho para o Parlamento Europeu, o primeiro dos três actos eleitorais deste ano.

Em Julho do ano passado, também em declarações à agência Lusa, considerou que os estados de alma, as impressões, as expectativas e as histórias pessoais são “um lado irrelevante” das funções políticas porque a política “não é entretenimento”.

“São funções institucionais, não são assunto de sentimentos pessoais. Nem têm dramatismo, nem são uma banalidade. São funções institucionais. Não

## Texto integral da declaração da Dra. Manuel Ferreira Leite

As eleições Europeias são a primeira das decisões que os Portugueses vão ser chamados a tomar em 2009.

As escolhas dos Portugueses são sempre importantes, mas as que vamos fazer em 2009 são decisivas para o Portugal de verdade que queremos construir.

É por essa razão que o grau de exigência que devemos ter é muito alto.

Temos de escolher os melhores, os mais bem preparados e os mais capazes para vencer os desafios que à nossa frente se colocam.

Temos de ser capazes de mobilizar uma nova geração de políticos, que seja portadora de novas ideias e novas energias.

E temos de ser muito convictos e muito combativos por aquilo em que acreditamos.

Sei que o País atravessa momentos muito difíceis e que todas as energias colectivas devem estar concentradas na resolução dos nossos problemas.

Mas as escolhas eleitorais servem para isso mesmo.

Sem desviar o País dos seus desafios, apontar caminhos e abraçar soluções.

Ponderei várias e boas soluções.

A proposta do PSD para encabeçar os Deputados ao Parlamento Europeu, que apresentei e foi consensualmente aceite na Comissão Política Nacional, é o Dr. Paulo Rangel.

O Dr. Paulo Rangel reúne qualidades pessoais e políticas ímpares para protagonizar a proposta de verdade, de competência e de esperança por que os Portugueses anseiam.

Tem sido o rosto de uma alternativa séria e sustentada no Parlamento.

A sua reconhecida preparação em política europeia qualifica-o decisivamente para este combate.

É o candidato certo para dar corpo à ruptura com a política de ilusão e engano da governação socialista, e iniciar um novo ciclo de esperança que os Portugueses vão consumir nos três actos eleitorais que temos até ao final do Verão.

Lisboa, 14 de Abril de 2009





é entretenimento. Eu entendo assim”, declarou.

No Parlamento, Rangel tem sido um combativo e vigoroso orador, que nas perguntas incisivas que faz ao Governo, quer na exposição dos temas do PSD, quer na dureza que coloca nos debates com o Primeiro-Ministro.

As suas primeiras declarações a perguntas da Informação, após o anúncio, levaram-no a afirmar que pretende debater temas nacionais durante a campanha para as eleições europeias, acusando o seu adversário socialista, Vital Moreira, de querer pôr uma “mordça” nesses assuntos.

“Não vamos aceitar a mordça que Vital Moreira pretende pôr ao debate de temas nacionais”, declarou.

“Vamos falar da agricultura, das pescas, do ambiente, dos fundos comunitários, da educação e da formação, dos grandes investimentos públicos, da política de combate à crise. Tudo isso diz respeito à Europa, envolve políticas europeias, envolve financiamento europeu”, acrescentou.

Rangel afirmou-se como “um europeísta de sempre”, candidato por um partido que é “convictamente europeísta, que vê os deputados europeus como representantes do povo português na União Europeia”:

“Nisso nos distinguimos do PS, que dá primazia à Europa sobre Portugal, como bem se vê pelas posições dos seus candidatos”, sustentou, voltando a assinalar as divergências entre Vital Moreira e o Primeiro-Ministro e Secretário-Geral do PS quanto à recandidatura de Durão Barroso à presidência da Comissão Europeia.

“Como explicar a contradição entre a posição do Governo português e do PS com a do seu cabeça-de-lista às europeias?”, questionou.

Considerando que a recandidatura de Durão Barroso “equivale no Parlamento Europeu à investidura do Governo”, Paulo Rangel perguntou se “já alguém viu haver divergências internas e liberdade de voto a respeito dos votos de confiança num novo executivo?”.

“Estou confiante que o PSD, nestas eleições europeias, dará o primeiro grande contributo para a ruptura. Será o primeiro passo de um tempo novo”, declarou, no final da sua intervenção. - Fontes: DN, Lusa, Gab. PSD

### Texto integral do discurso de apresentação da candidatura

«Aceito, com entusiasmo, o desafio de encabeçar a lista do PSD às eleições para o Parlamento Europeu.

Aceito, com entusiasmo e aceito com convicção, porque sou um europeísta de sempre e porque sei, por experiência diária, vivida na Assembleia e no contacto directo com os cidadãos, que Portugal nunca precisou tanto do PSD como agora.

Portuguesas e Portugueses, com o começo do ciclo eleitoral, chegou a hora da verdade. Chegou a hora de uma ruptura!

O PSD apresenta-se como uma força política de ruptura, capaz de inaugurar um tempo novo para os portugueses.

Uma força que rompe com o abismo galopante – o autêntico buraco negro – em que o PS e o Eng.º Sócrates nos deixaram e de que, infelizmente, as previsões



económicas de hoje do Banco de Portugal são a melhor prova.

Uma força que rompe com uma política de massas, baseada na propaganda e que não cuida dos problemas concretos das pessoas e das empresas.

**Uma força que rompe com o desencanto, o desinteresse e o marasmo conformista e aposta na iniciativa, no brio e na capacidade de superação dos portugueses.**



Portuguesas e portugueses, faremos política olhos nos olhos, porta a porta, rua a rua, chegaremos a todos os recantos.

Num momento tão grave como aquele que o País atravessa e numa altura tão decisiva como a da escolha dos nossos representantes na Europa, ninguém pode ser excluído, ninguém se deve pôr de fora.

Temos de trazer para o debate público todos os que, compreensivelmente, estão hoje descrentes ou indiferentes da política.

Falaremos aos jovens e aos idosos, usaremos da mais sofisticada tecnologia, às redes sociais, até mais tradicional dos panfletos,

Não pouparemos forças nem esforços para envolver todos nesta dinâmica de ruptura com o situacionismo socialista, nesta dinâmica de construção de um tempo novo para Portugal.

E para isso conto, contamos, naturalmente, com todos os militantes e simpatizantes do PSD, para que, em casa, no trabalho, na escola, nos espaços de lazer, sejam – como nos seus melhores tempos, souberam ser – porta-vozes desta força de ruptura e esperança.»

### A posição do PSD quanto à Europa é clara

«O PSD é um partido convictamente europeísta, que vê os Deputados Europeus como representantes do Povo Português na União Europeia.

E nisso nos distinguimos do PS que dá primazia à Europa sobre Portugal, como bem se vê pelas posições dos seus candidatos. E distinguimo-nos também do CDS que parece dar prevalência aos interesses exclusivamente nacionais. E distanciamo-nos ainda mais do PCP e do Bloco cuja visão arcaica e anti-europeísta é de todos conhecida.

Para o PSD, a relação de Portugal com a Europa foi sempre uma relação de balanço e de equilíbrio, de harmonização entre os interesses portugueses e europeus.

Não vemos, portanto, os Deputados



Europeus como simples representantes de Portugal na Europa; mas também como representantes da Europa em Portugal.

E justamente, por isso, não vamos aceitar a mordaza que Vital Moreira pretende pôr ao debate de temas nacionais. Vamos falar da agricultura, das pescas, do ambiente, dos fundos comunitários, da educação e da formação, dos grandes investimentos públicos, da política de combate à crise. Tudo isso diz respeito à Europa, envolve políticas europeias, envolve financiamento europeu.

Fazer rupturas é também isso, é dizer não à mordaza que nos querem pôr.

E já agora que falamos nos adversários, a quem aproveito para cordialmente cumprimentar, impõe-se uma pergunta:

Como explicar a contradição entre a posição do Governo português e do PS com a do seu cabeça de lista às europeias (e demais candidatos), quanto à presidência da Comissão Europeia?

Se o eng.º Sócrates diz que o apoio à candidatura de Durão Barroso é um dever patriótico e corresponde ao interesse nacional, como escolheu para primeiro representante dos portugueses um candidato que não comunga dessa visão do interesse nacional? Será que Vital Moreira não é um patriota do ponto de vista do Eng.º Sócrates?

Não há truque nem passe de mágica que explique esta divisão entre o PS, o Governo e os seus candidatos. A votação do Presidente da Comissão Europeia

equivale no Parlamento Europeu à investidura do Governo, a um voto de confiança. Já alguém viu haver divergências internas e liberdade de voto a respeito dos votos de confiança num novo executivo?

Portuguesas e Portugueses: estou confiante de que o PSD, nestas eleições europeias, dará o primeiro grande contributo para a ruptura. Será o primeiro passo de um tempo novo. Um tempo em que os portugueses tenham outra vez orgulho de Portugal, olhem para a política com uma actividade digna e útil, dêem, através dos seus eleitos, o contributo para uma Europa nova e reforçada.

Também ela precisa de rupturas, também ela está à espera dos Deputados portugueses e do contributo do PSD. A oportunidade na crise é construir uma nova Europa.

No tempo novo que aí vem a hora é de Portugal, a hora é do PSD.»

- Gab. P<sup>a</sup>. PSD

### **Conselho Nacional considerará a lista total do PSD às Europeias; Paulo Rangel mantém-se em funções**

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, anunciou ontem que o Conselho Nacional social-democrata vai reunir-se na próxima terça-feira, dia 21, para aprovar a lista do partido às eleições europeias.

Em conferência de imprensa na sede

nacional do PSD, questionada sobre o momento em que apresentará a lista completa do partido às europeias de 07 de Junho, Manuela Ferreira Leite respondeu que vai fazê-lo perante o Conselho Nacional.

O órgão máximo do PSD entre congressos, a quem compete aprovar as propostas de listas de candidatura ao Parlamento Europeu apresentadas pela Comissão Política, vai reunir-se “de hoje a oito dias” para o efeito, adiantou Manuela Ferreira Leite.

A declaração coincidiu com o anúncio de que Paulo Rangel vai encabeçar a lista às eleições europeias.

Entretanto, Paulo Rangel, revelou que vai manter-se na liderança do grupo parlamentar social-democrata durante e depois da campanha para as europeias, até à posse como euro deputado, em Julho.

Questionado pelos jornalistas, na sede nacional do PSD, Rangel afirmou que não vai deixar o cargo de líder parlamentar por ter aceitado o desafio de ser candidato a euro deputado.

À noite, em Almada, Paulo Rangel, por ocasião da sua participação num Ciclo de Conferências, organizado pela concelhia do PSD, sobre o tema “Fazer Política no Século XXI”, à agência Lusa que “o objectivo eleitoral do partido é vencer as eleições europeias” e prometeu

uma campanha “muito orientada para o porta-a-porta”

Paulo Rangel reiterou em Almada as declarações de Manuela Ferreira Leite em relação à data escolhida para anunciar o candidato do partido às europeias.

“Não considero que tenha sido um anúncio tardio”, afirmou, acrescentando que “o timing definido pela Presidente do Partido foi extremamente correcto porque, por um lado, não desfocou a atenção na crise, e por outro, facilita a compatibilização da nomeação com a tarefa de líder parlamentar”.

Paulo Rangel promete uma ruptura na comunicação política durante a campanha: “Vai ser uma campanha muito orientada para o porta-a-porta, o rua-a-rua, o boca-a-boca, de olhos nos olhos com o cidadão”, afirmou.

No que toca ao tema da conferência propriamente dita, Paulo Rangel perspectivou os desafios da governação no séc. XXI, defendendo a necessidade de “medidas cirúrgicas” para combater os problemas. A propósito, acusou o Governo do primeiro-ministro José Sócrates de não ter percebido que “o mundo mudou”.

“O Governo responde à crise com medidas do passado que não surtirão qualquer efeito”, comentou Paulo Rangel, considerando que essas medidas “estão a conduzir-nos a um abismo galopante”.

- Fontes: DN, Lusa, Gab. PSD



# Tem mesmo a certeza de que existe um Governo em Portugal?

J. Pacheco Pereira (\*)

Se eu fosse a si não teria. Não me refiro a alguma agitação dos ministros, a algum despacho que saia daqueles edifícios, à actividade dos assessores de imprensa, ao fluxo perene de dinheiros e subsídios para mil e um beneficiados. Mas alguém sabe o que fazem a maioria dos ministros face aos problemas dos seus sectores? Sabe-se do ministro do Trabalho, justiça lhe seja feita, e mais um ou dois ministros.

Mas a Educação está bloqueada, o Ambiente não existe, a Cultura ninguém se lembraria que é um ministério, se não fosse Manuel Maria Carrilho lembrar que o devia ser. O ministro da Administração Interna vai chegar ao termo das suas funções sem perceber que não é ministro da Justiça, e sem perceber o significado da palavra segurança.

O ministro da Justiça nem sequer preside a um ajuntamento de corporações em guerra umas com as outras, porque nem o lugar de presidente da mesa lhe deram. O Ministro das Finanças, um dos pilares fundamentais deste Governo e que podia apresentar obra, assiste agora à demolição quotidiana do que tinha conseguido com pretexto na crise, e, como já o admitiu, governa pelas estrelas.

Há um governante que trabalha muito: o ministro dos Assuntos Parlamentares, que tutela a televisão, a rádio e a propaganda. No seu ministério e no gabinete do primeiro-ministro, trabalha-se 24 horas por dia e em todos os azimutes. Seria, aliás, interessante saber se um blogue anónimo “corporativo” (feito por assessores usando arquivos governamentais e que tem o objectivo de popularizar os temas da propaganda, fazer contra-propaganda e desinformação bastante profissionalizada, se bem que sem grande sucesso), depende desse ministro ou do gabinete do primeiro-ministro.

Aí trabalha-se em tempo quase real, mas governar, isso só residualmente. No Governo está tudo em estado de estupor. Estudar os assuntos, identificar e resolver os problemas, implementar um programa, fazer qualquer coisinha por um País que está numa profunda, muito profunda crise, não se usa nem se pratica. A culpa salvífica é da “crise”, que é tratada como uma desculpa útil e pouco mais.

Há dois dias aconteceu mais um exemplo daquilo que digo. Liga-se a televisão e lá vem o habitual “momento Chávez” quotidiano do primeiro-ministro. Já toda a gente percebeu que o primeiro-ministro incorpora todos os dias na sua agenda um pretexto para um comício de três ou quatro minutos no “prime time” televisivo, que tem como objectivo ou a propaganda directa de si próprio ou do seu Governo, ou uma resposta às críticas da oposição. Todos os dias, insisto, todos os dias, a narrativa da propaganda governamental desenrola-se aos nossos olhos como se fosse uma notícia, quando é apenas um puro tempo de antena.

Se estivéssemos num país em que a comunicação social se regesse por critérios

jornalísticos, como não há qualquer conteúdo informativo, o primeiro-ministro ficaria a falar para os seus convidados de casting. Ou, pior ainda, as suas declarações seriam tratadas no âmbito do puro conflito político e seguidas de uma resposta nos mesmos termos noticiosos da oposição.

Mas cá, estes “momentos Chávez” são tratados como matéria informativa e noticiosa e passados com reverência, em particular pela RTP. Por isso, a malfeitoria e o abuso são recompensados. Por isso, todos os dias o staff do primeiro-ministro prepara-lhe uma “TV opportunity”, porque já não estamos em tempo de “photo opportunities”. São precisas imagens em movimento, luz e cor. E como para o primeiro-ministro esta é a verdadeira “saída para a crise”, ele desloca-se onde for preciso, gasta o tempo que for preciso, apenas para aparecer às oito horas num telejornal, fresco e desempoeirado, a anunciar coisa nenhuma, a fazer coisa nenhuma, a não ser propaganda. Propaganda que todos pagamos e muito caro, através dos nossos impostos.

Se fizermos uma antologia destes “momentos Chávez” - e um dia ela será feita - percebe-se muito bem a montagem, a cuidada preparação da colocação do homem, o vestuário, a voz e o discurso, o sítio onde são permitidas as câmaras, o controlo absoluto do cenário para que não haja qualquer interrupção, qualquer incomodidade, qualquer pergunta imperitine que estrague o objectivo do acto de propaganda. É por isso que a meia dúzia de manifestantes da CGTP à entrada perturbam tanto o primeiro-ministro. Escolhem-se as montanhas bravias sobre os vales dos rios que serão destruídos, para falar das barragens; as máquinas de uma fábrica para falar dos subsídios à indústria. Preparam-se uns powerpoints, ou, melhor ainda, uns filmes com efeitos especiais de computador para que se reforce a imagem positiva do que se anuncia, como se tudo já estivesse feito. As televisões obedientes e acrílicas passam-nos, apesar de serem puro tempo de antena. Ninguém se questiona. Jornalistas formados numa escola de espectáculo e marketing acham normal passar propaganda em vez de darem notícias.

Não vemos se a barragem existe, ou se o estaleiro já está avançado, não vemos se a fábrica está a laborar em pleno, ou se os operários vivem de um peculiar subsídio de desemprego a que se chama “formação”, não vemos quase nada, porque não há nada para ver. Os anúncios de boca cheia sucedem-se uns aos outros, os prazos são sempre para amanhã, os beneficiários envolvidos são sempre milhares, mas não conta para nada que os anúncios não passem de anúncios - a energia das ondas está em terra, avariada, tudo indica que, definitivamente; as minas de Aljustrel, que já deviam estar a laborar, promessa e prazo do primeiro-ministro, não se sabe quando começam a fazê-lo; a Qimonda já estava salva nas res-

YOU WRITE WHAT YOU'RE TOLD!



postas bélicas e arrogantes no Parlamento, mas está fechada; o aeroporto da Ota já tinha um filme com os aviões a levantar do Oeste, mas não há aeroporto nenhum, não é no Oeste, nenhum avião de lá levantou e ainda nada começou; os telespectadores já viram a alta velocidade a voar sobre carris, e um filme do tipo da Guerra das Estrelas (ou será a Toy Story?) com os comboios moderníssimos a entrar em estações mais ou menos espaciais. Espreme-se e sai quase nada de um governo que teve excepcionais condições para fazer obra.

Quando uma coisa não corre bem, é rapidamente esquecida para que apenas a memória das boas imagens subsista intacta. O Magalhães começou a dar problemas, acabaram as sessões de entregas e avançou o silêncio. Qualquer pessoa conhecedora dos problemas do nosso ensino, das nossas escolas, da pedagogia no ensino básico, da nossa condição social, do tipo de problemas de manutenção e do ritmo da renovação tecnológica sabe do enorme desperdício que é o programa Um Aluno Um Computador naquelas idades e com aquelas ideias num ambiente de completa impreparação. Sabe que a maioria dos computadores distribuídos está longe, muito longe, de ter servido para qualquer dos objectivos pretendidos, porque à cabeça todo o programa era desadaptado, foi feito em cima do joelho para servir a propaganda governativa, e, daqui a um ano, tudo já estará obsoleto ou avariado. O dumping de um computador do Terceiro Mundo para um país europeu, que é o que significou o Classmate transformado em Magalhães, talvez permita vender os restos à Líbia ou à Venezuela, mas neste último caso já se percebeu que será quase a fundo perdido. Silêncio.

É por isso que poucas coisas revelam mais esta ausência de governação no meio de um crise gravíssima do que um primeiro-ministro que mais uma vez foi à Central Fotovoltaica da Amareleja, a pretexto de uma visita de estudantes estrangeiros numa iniciativa paga pelo próprio Governo (o ministro da Economia considerou má

educação querer saber quanto custou), e que funcionaram como casting para a sua aparição diária na televisão. Como é óbvio, falou em português para estudantes que não percebem a língua, mesmo sendo suposto haver tradução. Mas não era para eles que falava, era para nós. Era o “momento Chávez” de dia. Aquilo a que hoje se resume a governação. - (\*) - Professor universitário, escritor, comentador político

À guisa de post-scriptum:

“Momentos Chavez”

«O primeiro-ministro, José Sócrates, explicou hoje que a crise económica e financeira levou o Governo a antecipar o plano de requalificação do parque escolar e anunciou que este ano as obras vão chegar a 100 escolas secundárias do país. “Não há melhor forma de combater a crise do que fazer mais investimento público em escolas. É o melhor investimento no nosso futuro”, sublinhou José Sócrates, num discurso feito hoje depois de uma visita à Escola Secundária Aurélia de Sousa, no Porto, que está a ser alvo de obras no valor de 8,5 milhões de euros.»

Respeitosamente referido pela RTP às 13 horas (com a habitual conjugação de notícia de estúdio e “directo”, incluindo uma longa intervenção de Sócrates no púlpito), e citado na imprensa. Não há qualquer notícia aqui. Já houve “momentos-Chavez” exactamente iguais, mesmo tema, mesmo anúncio, mesmo “programa”, mesmo cenário, mesmas palavras. Não tem importância, a repetição tem vantagens na propaganda. Amanhã haverá outro “momento Chávez”, tão certo como 2 e 2 serem 4. (12-Abril-09)

\*

«O primeiro-ministro José Sócrates preside, no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, à inauguração da maior farmácia pública nas instalações de um hospital, numa cerimónia que conta ainda com a presença da ministra da Saúde, Ana Jorge, e do secretário de Estado Adjunto e da Saúde. A cerimónia realiza-se, pelas 10h30, nas novas instalações da farmácia, junto ao Serviço de Urgência Central do hospital.»

Horário certo (para os telejornais das 13 horas, os mais vistos pelos reformados e idosos) e “cerimónia” certa. Tem toda a razão. É tudo tão previsível... (13-Abril-09)

\*

Bingo! Para o telejornal das 13 horas, às 13.24, cá veio o previsto “momento Chávez” sobre o “antes e depois” (dele, Socrates). A sessão no tribunal de Sintra já também serviu para a manhã, deu origem a uma longa reportagem laudatória da RTP, com entrevista ao Ministro e uma brevíssima passagem sobre as críticas. Mas o prato principal servirá para o Telejornal da noite. (14-Abril-09) - JPP

# Enriquecimento ilícito

Paulo Pinto de Albuquerque (\*)

Nas sociedades modernas, o enriquecimento ilícito de políticos tem sido combatido com vários instrumentos legais, como o registo e a publicidade das declarações de rendimentos e o regime de incompatibilidades no período do exercício de funções políticas e depois desse período. Um dos instrumentos legais mais eficazes de combate ao enriquecimento ilícito de políticos consiste na criação de uma incriminação que pune o agente quando se verifica uma disparidade gritante entre os seus rendimentos e o seu património ou modo de vida e exista um perigo de o enriquecimento do agente ter provindo de fontes ilícitas.

Esta incriminação tem um fundamento ético-social claro e indiscutível. Quando um político com um ordenado modesto apresenta um rico património ou um modo de vida faustoso, o povo desconfia. E desconfia com razão se esse património e modo de vida não puderem ser justificados por outras fontes lícitas de rendimentos, como heranças. Nestes casos, o cidadão comum é levado a concluir que o património e modo de vida do político podem ser sustentados por rendimentos provenientes de crimes cometidos no exercício das funções do político. Isto é, há uma percepção generalizada na população de um perigo associado à situação de disparidade gritante entre os rendimentos do político e o seu património e modo de vida e esse perigo é o de o político ter enriquecido ilicitamente.

Portanto, se o exercício de funções políticas coloca o cidadão numa posição de poder na sociedade e o poder pode ser corrompido ou abusado, resultando dessa corrupção ou abuso proveitos avultados para o político, é razoável o juízo de perigosidade formulado sobre um político que tem um património ou um modo de vida totalmente incompatíveis com os seus rendimentos lícitos.

Contudo, a consagração desta nova incriminação suscita problemas, designadamente no que respeita ao princípio da presunção da inocência. Todo o cidadão se presume inocente até ao trânsito da decisão condenatória e, como decorrência deste princípio, ele não tem de fazer prova da sua inocência. Compete antes ao Ministério Público fazer a prova dos factos criminosos.

Mas este problema pode ser ultrapassado, e tem sido ultrapassado nos países que consagraram esta incriminação da seguinte forma: o Ministério Público mantém o dever de fazer a prova dos elementos do crime, isto é, dos rendimentos lícitos do político, do seu património e modo de vida e da manifesta desproporção entre aqueles e estes e ainda de um nexo de contemporaneidade entre o enriquecimento e o exercício das funções políticas. Se o Ministério Público não provar todos estes elementos do crime, não se pode punir o político. Se o Ministério Público provar todos estes elementos do crime, então o político deve ser punido, porque se verifica o referido perigo de o enriquecimento do político provir de

crimes cometidos no exercício de funções.

O político não tem de fazer qualquer prova, mas pode destruir a prova da acusação, mostrando que os seus rendimentos lícitos são mais elevados, que o seu património e modo de vida são mais modestos ou que o enriquecimento não é sequer contemporâneo do exercício de funções políticas.

Assim se compreende que esta incriminação esteja prevista na convenção das Nações Unidas contra a corrupção e em diversos ordenamentos jurídicos, como o francês, onde está associada ao enriquecimento injustificado de pessoas no âmbito da criminalidade sexual e patrimonial. Também Portugal deve dar este passo fundamental no sentido de um combate mais eficaz à corrupção dos políticos. (\*) - Jurista, © DN



## Contra sistema: Refundar a República, (parte I)

Alberto João Jardim (\*)

É meu Direito, exprimir livremente opiniões político-pessoais resultantes, sobretudo, da experiência de trinta e cinco anos de vida pública, trinta e um com responsabilidades governativas permanentes.

Opiniões que, num País dito “livre”, é indecoroso que me façam correr o risco de acarretar com represálias.

Por isso, escrevo sobre a necessidade de “Refundar a República”.

Decorridos trinta e cinco anos sobre o 25 de Abril, é elementar reflectir sobre o que há a alterar no Sistema Político-Constitucional.

Para que Portugal, SEMPRE EM REGIME DEMOCRÁTICO, possa não só sair das dificuldades acumuladas, bem como das dificuldades de momento, mas também sobretudo estar em condições para ganhar as próximas décadas.

Está na altura de pensar o Sistema Político, pois a próxima Legislatura tem poderes de revisão constitucional.

É espantoso que, até agora, os Partidos políticos se furem a tal debate,

alegando que não se trata de uma prioridade, revelando assim o Situacionismo de Interesses de que infelizmente se tornaram expressão. São, desta forma, casulos fechados que os colocam cada vez mais distantes dos Portugueses.

É um conservadorismo autocrático não querer discutir o Sistema Político. Transforma este numa espécie de religião oficial do Estado, “religião” que assenta numa “fé”, a “fé” no actual texto constitucional.

A “classe política” de Lisboa faz apelos à Esperança – como ainda recentemente, nos últimos dias do ano que findou – porém sempre auto-limitada ao muito discutível quadro constitucional vigente.

Ora, veja-se a génese do actual Sistema Político-Constitucional.

Em 1975, as eleições para Assembleia Constituinte decorreram nas condições ilegítimas de ausência de Liberdades plenas nalgumas zonas do País.

Eleições essas, viciadas pela inter-

venção totalitária e desinformativa na formação da Opinião Pública, por parte do poder militar de então.

Assim, após o 25 de Novembro de 1975, a Assembleia Constituinte devia ter sido dissolvida, procedendo-se logo a eleições livres para uma nova Assembleia de fins constituintes.

“Misteriosamente” – ou talvez não... – tal não sucedeu!

Do que resultou uma Constituição erradamente programática e que, escandalosamente, não foi referendada democraticamente pelos Portugueses.

Uma Constituição que, autoritariamente, impôs não ser permitido aos dez milhões de Portugueses referendar qualquer norma constitucional, mas deu aos directórios dos dois maiores Partidos, à volta de cinquenta pessoas somadas, o poder de, estes sim, acordar qualquer alteração!...

Entendo que deve haver referendo constitucional, admitindo excepcionar desse referendo, os limites materiais de





revisão previstos no artigo 288.º, a fim de preservar a matriz da República.

O que se deve questionar no actual sistema político-constitucional?

O “Estado unitário”, forma encapota de centralismo, assegurando-se, sim, a Unidade do Estado.

Por outro lado, a Democracia não pode limitar a criação de Partidos políticos, nem proibir Ideologias, nem dar aos Partidos a exclusividade da apresentação de candidaturas à Assembleia da República e às Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas.

Também as matérias de âmbito financeiro e de âmbito orçamental devem estar devidamente blindadas para impedir “ajustes de contas” partidários, represálias políticas, através da instrumentalização do Estado, como é o escândalo do que actualmente se passa em relação à Madeira.

Mas é evidente que a Parte I da Constituição, “Direitos e Deveres Fundamentais”, nos seus Títulos I e II, respectivamente “Princípios gerais” e “Direitos, Liberdades e Garantias”, é excelente e deve se manter intocada na Constituição da República.

Já quanto ao Título III, “Direitos e Deveres económicos, sociais e culturais”, por um lado contém Direitos e Deveres que, pela sua natureza, devem integrar também o anterior Título II (“Direitos, Liberdades e Garantias”). Mas, por outro lado, contem matérias que pelo seu teor de programa governativo, pelo seu carácter bloqueador do desenvolvimento, ou até pelo seu inócuo, deviam ser desconstitucionalizadas.

Tal permitiria devolver aos Portugueses, o seu Direito soberano de periodicamente, através de eleições democráticas, poderem escolher as políticas que nos regerão. Direito que os Portugueses estão antidemocraticamente impedidos de exercer, pelo facto de a constitucionalização destas matérias impedir o seu referendo.

Logo, em todo este âmbito e apesar das mudanças que velozmente ocorrem no mundo, a soberania do Povo português está ilegítimamente impedida de se exercer em pleno, está bloqueada.

E o mesmo se diga quanto a toda a Parte II, a chamada “Organização Económica”, donde, pelas mesmas razões, só deviam figurar na Constituição da República, os respectivos grandes princípios fundamentais.

Por outro lado, a fim de se evitar um primeiro mandato do Presidente da República, condicionado pela eventual pretensão a um segundo mandato, apenas Lhe devia ser permitido um só mandato, de sete a dez anos.

À Assembleia da República, dada a dimensão do País, bastariam entre 171 a 181 Deputados, eleitos parte através de um círculo nacional, e parte em círculos uninominais.

Outra questão. É de continuar com um Tribunal Constitucional de composição à mercê das maiorias políticas e das escolhas partidárias, ou entregar as suas competências a uma Secção própria do Supremo Tribunal de Justiça? Sem dúvida esta seria a solução que garantiria mais independência e decisões melhor fundamentadas juridicamente. (Continuará) – (\*) Jurista, Presidente da CPR/Madeira do PSD e Presidente do Governo Regional

## Notícias de Aveiro

# O original do Alvará de Elevação a Cidade está exposto ao público

A Câmara Municipal de Aveiro anuncia que o original do alvará de Cidade, datado de 11 de Abril de 1759, que se encontra à guarda do Arquivo Histórico Municipal de Aveiro, pode ser apreciado no Museu da Cidade de 11 a 26 de Abril.

Integrado na Exposição “BI de Aveiro”, o documento do Alvará do Rei D. José I que eleva Aveiro à categoria de Cidade, datado de 11 de Abril de 1759, está patente no Museu da Cidade de Aveiro, de terça a domingo, das 10.00 às 12.30 horas e 14.30 às 19.00 horas. De referir ainda que aos visitantes será oferecida uma cópia do documento em formato A4.

Importa salientar que o documento vai ocupar um lugar de destaque na exposição “BI de Aveiro”, integrando a Sala Aveiro - “Lugar a Cidade”.

D. José I invoca “a situação natural da povoação e as Circunstâncias que Concorrem na Villa de Aveiro e nos seus Habitantes” como os grandes motivos para que, “do dia da publicação deste em diante fique erecta em cidade e que tal seja Denominada e haja todos os Privilégios e Liberdades de que devem gozar e gozão as Outras Cidades deste Reino”.

O registo de alvará é efectuado, em Lisboa, a 25 de Julho do mesmo ano e o seu arquivo no “Cartório da Caza da Camara” de Aveiro tem lugar, apenas, a 30 de Setembro pela mão do escrivão da Câmara, André Botelho d’Eça Telles.

O documento, em pergaminho é de difícil leitura, ainda que tenha sido alvo de uma intervenção de restauro que garantiu a sua estabilidade. É uma peça sensível, motivo pelo qual o período de exposição pública é reduzido e controlado.

### “O meu Olhar sobre a Cidade de Aveiro” até 24 de Abril

No âmbito do programa “Aveiro Criativo”, a Autarquia dinamiza um concurso, de carácter concelhio, intitulado “O meu olhar sobre a Cidade de Aveiro” que pretende fomentar a participação dos alunos do primeiro ciclo do ensino básico na demonstração do seu olhar sobre a Cidade de Aveiro através da elaboração de um desenho / ilustração.

Os alunos interessados podem entregar os seus trabalhos até 24 de Abril, nas sedes dos Agrupamentos de Escolas ou outros estabelecimentos de ensino que participem, para que depois sejam recolhidos por um elemento da Divisão de Educação. As normas e ficha de inscrição estão disponíveis no site do Município em [www.cm-aveiro.pt](http://www.cm-aveiro.pt)

Informamos que os estabelecimentos de ensino deverão demonstrar o seu interesse em participar junto da Divisão de Educação, durante os 10 dias após a recepção das Normas e os alunos participantes, individualmente ou em grupo (no máximo três elementos), deverão elaborar um desenho/ilustração, em formato A4,



que demonstre o seu olhar sobre a Cidade de Aveiro.

O júri será constituído pelo Vereador do Pelouro da Educação, Pedro Ferreira, adjunto do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Virgílio Nogueira, Director de Departamento de Cultura e Turismo, Emanuel Cunha, Chefe de Divisão de Educação, António Direito e Coordenador do Gabinete de Design, João Portugal. Estes membros avaliarão de acordo com a originalidade, a estética e a articulação com o tema central do concurso. O trabalho premiado figurará como capa de um caderno a distribuir pelos alunos do primeiro ciclo do Ensino Básico.

### “Aveiro: Terra Milenária”

A exposição “Aveiro: Terra Milenária” estará patente até 10 de Maio, na Galeria dos Paços do Concelho, podendo ser visitada de terça-feira a domingo, das 14.00 às 19.00 horas. Tem entrada livre.

A mostra foi inaugurada sábado, dia 11 de Abril, nos Paços do Concelho, no âmbito do Dia Comemorativo dos 250 Anos de elevação de Aveiro e Cidade.

Integrada nas “Comemorações Aveiro 250 anos”, a exposição intitulada

“Aveiro-Terra Milenária” (em homenagem ao filme de autoria de Miguel Spiegel, rodado por ocasião das festividades de 1959), e cuja organização ficou a cargo do Arquivo Histórico Municipal de Aveiro, pretende dar a conhecer ao visitante o espírito vivido no decorrer das Festas do Milenário e Bicentenário de Aveiro (1959).

No ano de 1959, Aveiro promoveu as Festas do Milenário. Este evento, nas palavras de Alberto Souto, Presidente da Câmara de então, visava celebrar “o primeiro milenário da existência do nosso povoado e o segundo centenário da elevação da antiga, nobre e notável vila de Aveiro à categoria de cidade”.

Estes festejos iniciaram-se em 1958, com a inauguração do “Mastro do Milenário”, no qual se ostentava as bandeiras representativas de todas as associações culturais, desportivas e religiosas de Aveiro.

1959 foi um ano repleto de acontecimentos cujos mais marcantes se centraram nos festejos da Ria, na Exposição Industrial e no Cortejo Distrital. Durante o dia os grandes eventos e à noite, as grandiosas iluminações que ainda hoje residem na memória de muitos aveirenses.

Estas comemorações, cujo âmbito ultrapassou os limites de um mero festejo local, atraíram a Aveiro individualidades nacionais, tais como o Presidente da República de então e cuja presença ficou marcada pela sua participação em diversos eventos, dos quais se destacou a inauguração da estátua de João Afonso de Aveiro.

Foi intuito da Câmara Municipal de Aveiro, através da Divisão de Bibliotecas e Arquivo, no ano em que se comemora os 250 anos de elevação de Aveiro a cidade, e cinquenta decorridos sobre os festejos levados a cabo em 1959, dar a conhecer o seu espólio documental alusivo às festividades do Milenário.

Este evento constituirá um contributo para a memória colectiva dos aveirenses. - CM/Aveiro



# Comemorações da Batalha dos Atoleiros

O Dia 6 de Abril envolve cada vez mais simbolismo na História Nacional. Enquanto comemoração da Batalha dos Atoleiros simboliza a vontade de um povo que sempre lutou pela sobrevivência e que sempre encontrou a coragem e a determinação vitais para preservar a sua Independência.

Em 1384 Portugal estava seriamente ameaçado a desaparecer enquanto Estado Independente. Toda a estrutura do poder estava desacreditada e perdera a sua Identidade com o País Real.

Restava um punhado de Patriotas, entre eles D. Nuno Álvares Pereira e a “arraia miúda” – O Povo, abandonado, pobre e esfomeado.

O Povo sempre foi ao longo da História de Portugal quem mais cultivou e preservou o sentimento de Patriotismo!

Hoje, em 2009, a ameaça que paira sobre o nosso País é igualmente grande.

O descrédito na estrutura do poder é preocupante. Desapareceu a solidariedade social. As assimetrias regionais podem provocar a desertificação do mundo rural. Os problemas sociais adivinham-se.

A segurança de pessoas e bens começa a ser uma preocupação também aqui no Interior do País.

A corrupção faz parte do nosso quotidiano.

Em época de crise de emprego, a contratação deveria ser descentralizada para o plano local e pelo contrário é criada uma bolsa de emprego centralizada em Lisboa.

A política de contenção cega de despesas, a qualquer custo - ao mesmo tempo que se preparam obras faraónicas e que envidarão as gerações vindouras - constitui um severo, injustificado e incompreensível atentado aos legítimos direitos das populações: na saúde, no ensino e na justiça.

Presenciamos muitos e grandes processos mas nunca há culpados!

Nós, a “arraia miúda”, o Povo, sentimos que existe uma outra classe de portugueses que está imune às regras da moral e do direito.

Hoje, como em 1384, é o Povo que sofre a crise, no entanto, é esse mesmo Povo sofredor que parece continuar a acreditar que tudo vai correr bem!

Essa crença será, por ventura, a nossa grande hipótese de sobrevivência.

O Dia 6 de Abril, enquanto feriado municipal, simboliza também o Poder Local, que emergiu do 25 de Abril e conquistou autonomia face ao Poder central.

Se as condições de vida melhoraram no Interior do País, se ainda existe vida no mundo rural, deve-se, exclusivamente, ao esforço e à intervenção das Autarquias.

Quantas vezes contrariando as tendências centralizadoras dos Governos.

O Poder Local é o representante mais directo das populações e nele reside a base do sistema democrático. Só uma forte aliança entre as populações e o Poder Local poderá evitar uma catástrofe social. A dificuldade que os partidos sentem em controlar os Autarcas e a necessidade de dividir as responsabilidades da profunda crise que o País atravessa, responsabilidade



exclusiva do poder Central, tem motivado um feroz ataque às Autarquias Locais.

Em 6 de Abril de 1999 falei sobre este assunto, a 6 de Abril de 2002 repeti o mesmo tema. Hoje, 6 de Abril de 2009, infelizmente, confirmam-se as minhas previsões.

Eu disse aqui, neste mesmo lugar, em 1999 e repeti em 2002:

“Não me conformo que pela incapacidade do Governo tenhamos o Estado mais endividado, os municípios mais pobres, mais empresas à beira da falência e as famílias a viverem com mais dificuldades”.

Disse também que: “Tão pouco aceito cortes nas verbas dos municípios mais pobres, que o façam naqueles que pela sua dimensão se confundem com o Estado. Aos Municípios Rurais é, pelo contrário, indispensável o reforço dessas verbas, única forma de contrariar a tendência para a desertificação e de garantir o apoio real às populações mais desfavorecidas”.

Há dez anos já percebia para onde estavam a conduzir o nosso País e as intenções de esvaziarem o Poder Local. A nova Lei das Finanças Locais é mais um rude golpe no mundo rural.

Os fundamentos em que se baseia e o índice “per capita” que utiliza como padrão, obriga a que os municípios do Interior tenham como única opção estagnarem e desistirem de trabalhar para o Progresso das suas populações.

Ao mais pequeno sinal de desenvolvimento cai-lhes em cima a Lei das Finanças Locais! Foi uma Lei estudada para parar aqueles que trabalham e testada politicamente para atingir Fronteira.

Porque é que o Município mais pequeno e pobre do País incomoda tanto o Poder?!

Se pensam que com uma lei param o caminho que traçamos para o Concelho de Fronteira, então é porque estão deslumbrados com a sua força, tal como estavam as tropas Castelhanas quando nos atacaram nos Atoleiros.

O Progresso de Fronteira está em marcha e há que consolidá-lo. Temos tido êxito porque somos persistentes, sabemos o que queremos e não temos dúvidas nem

hesitações nos momentos em que devemos ir à luta para defender os interesses daqueles que representamos. Nunca nenhum Governo nos deu nada!

Bem pelo contrário, conquistámos tudo a palmo, contra todos os Governos com os quais temos co-existido!

Os Fronteirenses nunca cruzaram os braços perante as dificuldades. Os momentos difíceis é que marcam e unem as pessoas e os povos.

D. Nuno Álvares Pereira incutiu neste povo a coragem, a determinação e a força para lutar por um ideal. Com essa força temos vencido batalha após batalha na guerra pelo desenvolvimento do nosso Concelho.

Bem podem os senhores do Terreiro do Paço fazer leis para nos dificultarem o trabalho que não conseguirão impedir que percorramos o caminho que traçamos e não fora a incompetência desses senhores, a sua desonestidade política e o seu desfasamento total do País Real e já estaríamos bem mais perto de atingirmos os nossos objectivos.

Já reunimos as hostes e conseguimos 5000 assinaturas, quando só eram necessárias 4000 para apresentarmos a Petição. A primeira Batalha está ganha!

Iremos todos assistir ao seu debate na Assembleia da República!

Não com o sentido de provocação ou confronto mas para avaliarmos como é que, aqueles que nos representam e a quem pagamos, avaliam e decidem as leis que afectam as nossas vidas!

Qual o seu sentido de justiça, se estão para servir ou para se servirem! Se merecem continuar a ser os nossos representantes.

Neste ano de 2009 vão realizar-se vários actos Eleitorais. Faço aqui um desafio ou antes um convite a todos os possíveis candidatos à Câmara de Fronteira para fazermos um pacto pela defesa da nossa Petição, não só assinando-a mas interferindo junto dos diversos Grupos Parlamentares, de forma a garantir a sua aprovação.

O Governo e a Assembleia da República têm hoje plena consciência da situação caricata que criaram. Cabe-lhes emendá-

la. Se o não fizerem por questões meramente político-partidárias, a população do Concelho de Fronteira tem todo o direito de tomar as atitudes que achar por bem.

O Dia 6 de Abril simboliza também uma homenagem a D. Nuno Álvares Pereira. Considerado por António Sérgio como um modelo de lucidez e que transcreve nas palavras do Condestável acerca da situação que se vivia no nosso País em 1384:

“É um poço muito grande, muito fundo e escuro, o qual quem nele entrar, será grande maravilha escapar. Porém eu me não posso ter em nenhuma maneira que não entre nele”.

Também hoje o nosso País é “um poço muito grande, muito fundo e escuro”. E alguém está a empurrar os portugueses para dentro dele!

Vamos construir o Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros que pretende ser mais um pólo de atracção turística no nosso Concelho e, simultaneamente, uma homenagem ao Beato Nuno de Santa Maria, que recordará para sempre a vida e obra de um Português que enquanto militar soube conduzir um povo na defesa dos seus ideais de Independência, demonstrando simultaneamente, que a coragem e a valentia pode coexistir com a moral e o amor ao próximo.

A fama da sua santidade começa logo no séc. XV. Nessa época era reconhecido como herói mas também se torna evidente o seu carisma como homem atento aos problemas humanos. Os mendigos elogiavam D. Nuno e lembram as suas acções em prol dos mais pequenos e dos mais pobres.

Fronteira no ano de 2009, ano da cano-nização de Nuno de Santa Maria, constrói um monumento à sua memória. Que este monumento inspire os fronteirenses no caminho a percorrer no futuro e que Nuno de Santa Maria nos ilumine e abençoe.

Convido todos os fronteirenses e convidados a colocarmos, após esta cerimónia, a 1ª Pedra do Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros.

- O Presidente da Câmara Municipal de Fronteira, Pedro Namorado Lancha





## Notícias de Sintra

# “Rally as camélias de Sintra” mantém a tradição com mais um sucesso

Perto de 40 carros antigos, todos construídos entre 1905 e 1960, vão estar em prova nas sinuosas estradas da Serra de Sintra na 5ª Edição do Rally “As Camélias de Sintra” em Automóveis Antigos, o mais histórico de Portugal, que se realiza entre 17 e 18 de Abril.

Fantásticos automóveis como um Jaguar E Roadster de 1965, um Riley Brooklands de 1932 ou um Daimler DB 18 de 1948 vão estar em competição nas mágicas estradas de Sintra.

Ao volante de um MGA de 1952 vai estar o Presidente da Câmara Municipal de Sintra. Fernando Seara afirma que este ano vai competir para ganhar, “até porque a cor do carro é encarnada”.

“Temos que ter a capacidade de motivar diferentes tipos de público, de cultivar diferentes tipos de turismo. Este Rally, que faz parte do espaço de romantismo de Sintra, contribui para alcançarmos esse objectivo”, afirmou Fernando Seara na conferência de imprensa de apresentação da prova.

Robert Janone, Adalberto Melin (Campeão Nacional de Clássicos 2008) ou Fernando Soares (Campeão Nacional de Velocidade 2006) são alguns dos nomes do desporto automóvel português que participam neste Rally, que se divide em três etapas:

1ª etapa: início às 15H30 de 17 Abril no Hotel da Penha Longa em direcção ao Cabo da Roca, Colares, Sabugo, Pero Pinheiro, termina na Mercedes-Benz.

2ª etapa: início às 10H00 de 18 de Abril, no Hotel da Penha Longa em direcção à Peninha, Pena (Serra de Sintra), Vila de Sintra, Belas e termina em Queluz. Finalmente a 3ª, na tarde de Sábado, termina frente ao Museu de Ciência Viva de Sintra cerca das 16H00. Às 18H00 realiza-se uma concentração de todos os bólides participantes no Largo do Palácio Nacional de Sintra.

Com este Rally pretende-se continuar a recuperar a tradição da Vila de Sintra como palco privilegiado para as provas automobilísticas, aliando a beleza das paisagens de Sintra a um conjunto de automóveis com data de fabrico limitada até 1960 que, pela sua raridade e beleza, contribuem para transformar esta prova numa referência em competições deste



género.

Com este objectivo, e após o sucesso verificado nos anos anteriores, a Câmara de Sintra, o Museu Fernando Pessa, e as Juntas de Freguesia de Stª Maria, S. Miguel, S. Pedro, S. Martinho decidiram manter a competição.

Recorde-se que o histórico Rally “As Camélias de Sintra” decorreu de 1946 a 1991.

14 anos mais tarde, pela mão do actual Presidente da Câmara de Sintra e do Museu Fernando Pessa, a prova voltou à estrada em 2005.

### Ambiente: Marco Almeida apela ao civismo

Depois de instalados os novos equipamentos de dejectos caninos, dispensadores e totens informativos em 60 locais diferentes das freguesias de Algueirão Mem-Martins, Aqualva e Cacém, realizou-se nos dias 4 e 5 de Abril uma acção de sensibilização em que foi distribuído material gráfico e pequenos brindes, e que contou com a presença do Vice-Presidente da Câmara de Sintra, Marco Almeida.

Em colaboração com a HPEM e SUMA, a autarquia realizou, desta forma, uma acção de sensibilização, com distribuição de material gráfico pelos residentes nas freguesias de Aqualva, Cacém e Algueirão e oferta de pequenos brindes aos donos de cães.

“Se você não protestar, pode ser o próximo a pisar” é o mote para este segundo momento de sensibilização ambiental, com distribuição de material gráfico que apela ao civismo e dá conselhos sobre a saúde e bem-estar dos cães (pensado para quem tem e para quem não tem cães) e distribuição de brindes (uma mochila em miniatura para levar o saco para os dejectos do cão e que pode ser colocado no cinto do dono ou na coleira do cão).

O Vice-Presidente, Marco Almeida, marcou presença no dia 4 de Abril pelas 11H00, nas imediações das Galerias

Buttler, com o Presidente da Junta de Freguesia de Algueirão Mem-Martins e no dia 5 de Abril pelas 11H00, no Parque Urbano da Bela Vista, com os Presidentes das Juntas de Freguesia de Aqualva e do Cacém.

### Mais de 2.300 alunos no projecto “Sinergias”

Reduzir o consumo de energia, adoptando comportamentos mais amigos do ambiente, compreender e valorizar as energias alternativas são os princípios do projecto “Sinergias”, destinado a alunos do 4º ano do ensino básico. Devido aos resultados encorajadores este projecto da autarquia encontra-se já na terceira edição.

Lançado no ano lectivo de 2006/2007, pretende-se educar para alcançar um modelo de sociedade baseada nos princípios da sustentabilidade, desenvolvendo uma ética ambiental que promova a protecção do meio e que leve os alunos a compreender e a valorizar as energias alternativas e a criar uma maturidade ecológica.

Nos dois anos lectivos passados, este projecto abrangeu um total de 2.500 alunos. Nesta terceira edição, que ainda se encontra a meio, o projecto conta já com 2.323 alunos de 101 turmas de 37 escolas do concelho.

O projecto desenvolve-se em dois momentos, um teórico, de Novembro a Fevereiro, e outro experimental, de Março e Maio.

Alguns dos temas abordados são “O que são as alterações climáticas?”, “As origens dos Gases com Efeito de Estufa”, “Redução e adaptação” e “Mudanças individuais e colectivas” (com exemplificação de rotinas simples para racionalização do consumo e para as medidas para promoção da eficiência energética na escola ou em casa).

Esta edição foi centrada sobre a problemática das alterações climáticas e da importância das energias renováveis. Passou também a existir auditorias ener-

géticas realizadas por professores e alunos, o que permite diagnosticar, verificar a conformidade com a legislação e com as normas (internas e externas) e avaliar o desempenho energético da escola.

Em função das várias situações diagnosticadas, é possível desenhar um plano para reduzir os custos financeiros do consumo excessivo de energia, reduzir os impactos ambientais provocados por este consumo e educar funcionários, professores e, principalmente, os alunos para uma melhoria futura.

Nesta fase, das 37 escolas participantes, 33 já realizaram a auditoria energética e já definiram planos de acção e seguir como:

- reduzir os consumos de água e energia, redobrando a atenção no fecho das luzes sempre que abandonadas as salas e no fecho das torneiras
- promover a recolha dos óleos alimentares usados
- promover as deslocações pedestres
- promover a reciclagem
- sensibilizar as instituições (CMS e Educa) para as situações diagnosticadas

### Projecto inédito: Guia Turístico de Sintra no telemóvel

Escolher o monumento a visitar ou o restaurante onde provar a gastronomia da região ou ainda a praia mais bela e, até, saber a temperatura da água dessa praia vai possível através de um simples clique no telemóvel de qualquer visitante ou turista de Sintra. Este novo serviço com características inovadoras, pioneiro na Europa, foi apresentado dia 2 de Abril, no Palácio de Seteais, em Sintra, na presença do Presidente da Câmara de Sintra.

A Câmara Municipal de Sintra e a M-INSIGHT lançam este novo serviço que irá permitir a qualquer visitante de Sintra subscrever um Guia Turístico da Região para o seu telefone móvel. Sintra é a primeira localidade do País a disponibilizar um serviço deste tipo.

Por apenas 5 euros, este serviço, que poderá ser subscreto numa primeira fase nos postos de turismo de Sintra e posteriormente num conjunto alargado de locais dentro e fora de Sintra, tem também a adesão de entidades ligadas ao turismo e à cultura da Região.

O Guia Turístico tem como objectivo melhorar de forma substancial a experiência do Turista/Visitante quando chega a um destino, contribuindo para aumentar o seu tempo de estada no local, com impactos directos na economia da Região.

Sintra escolheu como parceiro a M-INSIGHT Technologies, empresa especializada na edição e distribuição de conteúdos de grande riqueza gráfica para telefones móveis.

- CM Sintra



## JSD Arouca entrega propostas na Assembleia da República

No fim do mês passado, alguns membros da JSD Arouca, deslocaram-se a Lisboa, mais propriamente, à Assembleia da República (AR).

O intuito da viagem era apresentar ao deputado Arouquense, André Almeida, algumas propostas de apoio à juventude, mas começou com a assistência a uma reunião do plenário, em que os parlamentares discutiam o incentivo à “microgeração de energia com painéis fotovoltaicos” do governo, com o ministro da Economia. Seguiu-se uma visita ao Palácio de São Bento, onde puderam apreciar o funcionamento geral do Parlamento.

Após a visita, o deputado André Almeida, recebeu os membros da JSD no seu gabinete onde puderam debater duas propostas:

A primeira tinha como objectivo incentivar o jovem desempregado a combater a crise, a reagir de acordo com as suas propensões regionais, descobrindo novas potencialidades locais e transformando-as em oportunidades, criando assim o seu próprio emprego.

A segunda tinha como tema a educação, afirmando-a como uma prioridade estratégica do nosso país, entendendo a JSD Arouca que é determinante que se proceda à alteração do actual sistema de aprovações/reprovações do ensino básico e da lógica amadorista com que a gestão e a organização escolar estão orientadas. A actual legislação constitui um grave apelo ao facilitismo e à falta de qualidade do sistema educativo.

A reunião continuou com o debate de assuntos de interesse para a juventude, em



que o deputado quis ouvir as opiniões da JSD Arouca e finalizando com a garantia que as propostas iriam ser estudadas, e encaminhadas.

A JSD Arouca está muito descontente e revoltada com a autêntica governamentalização da sociedade, a que temos estado a assistir diariamente e que tem levado os portugueses a um estado de

alerta permanente, e com políticas populistas que prometem 150.000 empregos e acabam o mandato a anunciar 8,5% de desemprego. - JSD/Arouca

### Notícias do Cartaxo

## Reuniões descentralizadas para recolher informação e elaboração do programa autárquico de Juventude



No âmbito das Linhas Orientadoras para Autárquicas 2009, apresentado pela Comissão Política de Secção (CPS) da JSD Cartaxo no Plenário da JSD e do PSD, demos início às nossas reuniões descentralizadas com objectivo de reunir com os eleitos do PSD nas freguesias, a fim de recolher informação local, com objectivo final da elaboração de um Programa Autárquico de Juventude, disponibilizado pela JSD para anexar o Programa Eleitoral do nosso candidato Paulo Neves à Câmara Municipal do Cartaxo, caso este e o Partido aceitem e estejam em sintonia com o nosso projecto.

A primeira reunião de CPS descentralizada teve lugar no dia 9 de Abril pelas 18h na Freguesia de Vale da Pedra, onde fomos recebidos pelo Sr. Celestino e pelo Sr. Ramiro, eleitos membros da assembleia de freguesia de Vale da Pedra nas listas do PSD nas autárquicas de 2005.

As conclusões desta reunião, não serão divulgadas publicamente, serão analisadas e estudadas alternativas e soluções a constar no Programa Autárquico de Juventude.

Estão em curso outras reuniões, de acordo com o programa estabelecido. - CPS-JSD/Cartaxo



### Assunto: Convocatórias PSD - Povo Livre

Como é do seu conhecimento, todas as convocatórias do PSD têm de ser recebidas pelos serviços até às 12h00 de cada terça-feira para que possam ser publicadas no Povo Livre, que sai às quartas-feiras.

As convocatórias para publicação têm sido enviadas para diversos email's e vários n.ºs de fax da Sede Nacional, bem como por correio, prejudicando a eficiência dos serviços.

Por esse motivo, com o intuito de normalizar os procedimentos e melhorar a articulação com as estruturas do distritais e concelhias, venho por este meio informar que todas as convocatórias devem ser enviadas por email para:

convocatorias@psd.pt, ou para o n.º de fax 213973168 (Serviços de Implantação e Ficheiros), devendo ser sempre assinadas e enviadas pelos Presidentes de Mesa, salvo as exceções previstas nos Estatutos.



#### BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Barcelos, para reunir no próximo dia 09 de Maio de 2009, (sábado) pelas 21h30 na sede, sita na Av. Alcaides de Faria, n.º 270, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Aprovação do Relatório de Contas da Secção relativo a 2008
- 3 - Análise da situação política Nacional
- 4 – Análise da situação Política Local
- 5 – Eleições Autárquicas 2009

#### PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Póvoa de Lanhoso, para reunir no próximo dia 09 de Maio de 2009, (sábado) pelas 21h00 na Quinta Turística Maria da Fonte, sita na freguesia de Calvos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – A situação política do País
- 2 – As propostas do PSD
- 3 – Outros assuntos



#### I CONSELHO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO DA JSD DE 2009

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoco o I Conselho Nacional Extraordinário para o dia 19 de Abril de 2009, (Domingo) às 16h30, no Auditório da Piscina Municipal de Albergaria-a-velha, sita na Rua Dr. Faustino Correia s/ número, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Aprovar nos termos da alínea q) do artigo 50º dos Estatutos Nacionais da JSD a lista dos elementos da JSD a indicar como candidatos a deputados nas listas do PSD ao Parlamento Europeu.

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD  
(Daniel Fanguero)

#### NÚCLEO DE AGUDA FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento aplicável, convoca-se as eleições para o Núcleo Residencial de Aguda da Secção de Figueiró dos Vinhos, para o dia 16 de Maio de 2009, pelas 16 horas, na Sede da JSD de Figueiró dos Vinhos, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Núcleo de Aguda da Secção de Figueiró dos Vinhos.

2 – Eleição da Mesa de Plenário de Núcleo de Aguda da Secção de Figueiró dos Vinhos.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamento da JSD.

b) O acto eleitoral decorrerá entre as 16h00 e as 18 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário  
(Pedro Miguel Portela de Almeida Conceição)